Assembleia Ordinária de Freguesia

ATA Nº 2/2026

Ao vigésimo sétimo dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia de Freguesia de Colares, na sua sede, na Avenida dos Bombeiros Voluntários, nº 77, Colares, em Sessão Ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos: ----------

Ponto 1 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Junta acerca das atividades e da situação financeira da Junta. (ponto 2, alínea e) do artigo 9º. da Lei 75/2013 de 12 de Setembro); ----------

Ponto 2 – Apreciação e votação do Regimento da Assembleia de Freguesia para o quadriénio 2025/2029 (alínea a), do nº.1 do artigo 10º. da Lei 75/2013 de 12 de Setembro); ----------

Ponto 3 – Apreciação do Inventário/2025 da Junta de Freguesia de Colares (alínea b), nº.1, artigo 9º. da Lei 75/2013 de 12 de Setembro); ----------

Ponto 4 – Apreciação e votação da Conta de Gerência de 2025 (alínea b), nº1 do, artigo 9º. da Lei 75/2013 de 12 de Setembro); ----------

Ponto 5 – Apreciação e votação da 1ª. Revisão Orçamental de 2026 (alínea a), nº. 1, artigo 9º. da Lei 75/2013 de 12 de Setembro) ----------

Ponto 6 – Aprovação de Alteração do Mapa de Pessoal da Junta de Freguesia (alínea m) do nº.1 do artigo 9º. da Lei 75/2013 de 12 de Setembro). ----------

A sessão foi presidida pelo Presidente da Mesa da Assembleia, Alcino Afonso Alves, acompanhado por Claúdia Lavrador da Nova Piteira (1º Secretário da Mesa) e por António Pedro Sequeira Louro (2º Secretário da Mesa), com o apoio da Assistente Técnica da JFC, Ana Madalena Castelhano Sandinha Sequeira. Todos os membros da AF estiveram presentes, tendo sido registada, por motivos de saúde, a substituição de Rui Franco dos Santos (PSD) por João Rafael dos Santos Subtil (PSD). ----------

O Presidente da Mesa, Alcino Alves, deu início à sessão cumprimentando todos os presentes. ----------

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Inscreveu-se para usar da palavra **Maria Isabel Fonseca Nunes**, que abordou os seguintes pontos: ----------

1. Mercado da Praia das Maçãs – Solicitou que se coloque o parquímetro a funcionar porque já está muito difícil de ter lugar de estacionamento para ir às

compras; reparou que os vidros do mercado estão muito sujos e que o extintor está fora de prazo desde janeiro; ----------
2. Parquímetros nas praias do nosso litoral – pediu um ponto de situação sobre quais as praias que serão tarifadas; ----------
3. Papeleiras na praça central da Praia das Maçãs – pediu que sejam colocadas papeleiras no largo da farmácia, não há e fazem falta; ----------
4. Transporte público na Praia das Maçãs – sugeriu que o autocarro pare na Avenida Alfredo Keil e vá um pouco mais acima, próximo da Rua dos Afoitos e da Rua dos Depósitos de Água. Há pessoas idosas nessas ruas e é importante facilitar-lhes o acesso ao transporte; ----------
5. Avenida Luís Augusto Colares – realçou a importância de colocar lombas para obrigar à redução da velocidade com que se circula aí, até porque vai dar a uma escola. Também apelou à colocação de espelhos em locais com visibilidade mais reduzida ----------

O **Presidente da JFC, Pedro Filipe**, usou da palavra para responder aos pontos levantados: ----------
1. Mercado da Praia das Maçãs – informou que o parquímetro funcionará na época balnear; vai perceber o que se passa com a limpeza dos vidros e esclareceu que o extintor está válido até abril de 2027; ----------
2. Parquímetros nas praias – é uma medida da CMS. Sabemos que serão implementados na Praia das Maçãs, na Praia Grande e no Cabo da Roca e funcionarão durante a época balnear (de 1 de junho a 30 de setembro); ----------
3. Papeleiras na praça central da Praia das Maçãs – já foram solicitadas à CMS mas não há disponíveis para entrega, aguardamos essa disponibilidade; ---------
4. Transporte público na Praia das Maçãs – vai dar a sugestão à CMS e à Carris;
5. Avenida Luís Augusto Colares – vai falar com a CMS ----------

Seguidamente o **Presidente da Mesa, Alcino Alves**, deu a palavra a **Jorge Firmino** que, apesar de não se ter inscrito previamente, solicitou permissão para usar da palavra: ----------
Abordou questões relacionadas com a sua associação Lusitanus Sports: questionou por que é que a relação da JFC se alterou depois da sua saída da União Mucifalense, em setembro de 2025. Está envolvido num projeto de judo junto às famílias e não entende porque foram declinados convites para visitar e reunir na sua sede e a ausência de colaboração, tanto ao nível de apoios como de utilização do outdoor que está junto ao quiosque da Várzea de Colares. ------

O **Presidente da JFC, Pedro Filipe**, usou da palavra para responder e explicou que a sede da associação neste momento é em Sintra e não em Colares, pelo que a JFC não apoia da mesma forma, como é normal. Os convites recebidos foram declinados por falta de disponibilidade de agenda para comparecer. -------

Seguidamente, **Claúdia Piteira** (1º Secretário da Mesa), tomou a palavra para dar conhecimento dos 2 emails que foram rececionados: um referente à falta de iluminação pública em algumas ruas do Penedo e outro a solicitar apoio logístico para uma missão solidária de uma associação francesa em Portugal. ----------

O Presidente da Mesa, Alcino Alves, prosseguiu com a sessão e colocou a **ata 1/2026** a votação: **aprovada por unanimidade**, registando-se a abstenção de João Subtil por não ter estado presente na reunião a que respeita. ----------

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA (PAOD) ----------

O Presidente da Mesa, Alcino Alves, deu a palavra aos seguintes membros da AF: ----------

Nuno Cabanas (CDU) interveio para abordar as seguintes questões: ----------
1. Incêndios Florestais e Segurança na Serra – solicitou um ponto de situação dos trabalhos em curso para minimizar o risco de incêndio nesta altura crítica que se aproxima tendo em conta que, no seguimento das tempestades que houve ainda há muito a fazer. Perguntou se já estão sinalizadas e identificadas as árvores em risco de cair, de forma a evitar mais acidente; ----------
2. Lixo orgânico abandonado – ponto de situação relativamente ao lixo acumulado em vários pontos da freguesia, nomeadamente no Penedo; ----------
3. Iluminação pública – questionou que diligências foram efetuadas junto da E-Redes e que respostas foram dadas; ----------
4. Instalação de Parquímetros na Praia Grande e na Praia das Maçãs – perguntou qual é a posição do Executivo da JFC em relação a este assunto. ----

O **Presidente da JFC, Pedro Filipe**, usou da palavra para responder aos pontos levantados: ----------
1. Explicou que não tem sido fácil dar conta de tantos sobrantes. Com as tempestades a serra ficou bastante afetada e continuam diariamente a trabalhar para reduzir os riscos; ----------
2. Informou que os SMAS Sintra se encontram a envidar esforços para adquirir novas viaturas, com o objetivo de colmatar as falhas existentes no serviço de recolha de lixo orgânico; ----------
3. A iluminação pública, aos poucos e com a ajuda da CMS, tem sido reposta; --
4. Apesar de ser uma medida da CMS, o Presidente da JFC defendeu que a introdução de parquímetros visa, essencialmente, garantir uma maior rotatividade de veículos, contornando o problema atual de viaturas que permanecem estacionadas o dia inteiro junto à praia, impedindo o acesso de outros cidadãos. Salvaguardou, contudo, que os fregueses com morada fiscal nas zonas tarifadas estarão protegidos através da atribuição de um dístico de residente, ficando isentos do pagamento de parquímetro. ----------

Moções: ----------

Maria José Costa (CHEGA) – interveio para apresentar a moção "Repúdio da implementação de parquímetros e de qualquer regime materialmente equivalente de estacionamento condicionado e tarifado nas zonas balneares e turísticas da Freguesia de Colares, designadamente Praia Grande, Praia das Maçãs e Cabo da Roca". Tem por base a Proposta n.º 226-P/2026, aprovada em reunião da Câmara Municipal de Sintra de 10 de março de 2026. A moção assenta, de um modo geral, nos seguintes pontos: ----------

1. Ilegalidade Formal e Procedimental: A medida foi tomada por deliberação da Câmara, mas a criação de taxas e regulamentos externos é competência exclusiva da Assembleia Municipal, tendo ainda sido apontada a falta de consulta pública e do procedimento legal obrigatório pelo CPA; ----------

2. Falta de Estudos e Fundamentação: Não foi apresentado qualquer estudo de impacto de tráfego local, contagem de lugares ou justificação económico-financeira, nomeadamente a fórmula de cálculo do valor a pagar; ----------

3. Prejuízo para a População e Comércio: Foi denunciada a total ausência de medidas compensatórias (como parques dissuasores, transportes públicos reforçados ou dísticos gratuitos) para proteger os residentes, trabalhadores e comerciantes locais; ----------

4. Risco de Desordem e Segurança: Foi alertado que a introdução de parquímetros não resolveria o problema, correndo-se o risco de deslocar o estacionamento para as zonas residenciais limítrofes e gratuitas, entupindo arruamentos, bloqueando veículos de emergência e gerando conflito social; -----

Em conclusão, referiu que a moção propõe que a Assembleia de Freguesia delibere repudiar formalmente a referida implementação, recomendando à Câmara Municipal de Sintra a suspensão da medida e a salvaguarda dos direitos da população, com a respetiva remessa do documento à Câmara Municipal, Assembleia Municipal e EMES. ----------

Dando continuidade à sessão, o **Presidente da Mesa** deu a palavra ao **Presidente da JFC** que esclareceu que a JFC foi apanhada de surpresa com esta medida e não lucra nada com ela. Foi uma decisão da CMS, onde se incluem os vereadores de outras forças políticas, nomeadamente do Chega, que votaram a favor deste assunto. ----------

Maria José Costa (Chega) - voltou a usar a palavra para esclarecer que já tinha dito que, enquanto eleita do partido Chega para Colares, não está de acordo com a posição tomada pelos vereadores do seu partido na CMS. ----------

Nuno Cabanas (CDU) - solicitou o uso da palavra para convidar os presentes a tirar ilações do facto de os eleitos do Partido CHEGA na Assembleia de Freguesia não estarem em sintonia com os vereadores do seu próprio partido na CMS. ----------

Seguidamente o **Presidente da Mesa** deu a palavra a **Bruno Correia (PS)** que realçou o facto de a moção do Partido CHEGA não ser um documento de fácil interpretação, é muito técnico. Contudo, na essência, o Partido Socialista está de acordo. ----------

Deliberação: Aprovada, com 6 votos a favor (3 PS, 1 IL e 2 Chega), 5 contra (4 PSD e 1 CDU) e 2 abstenções (1 PSD e 1 PS) ----------

Carolina EÇA (IL) tomou a palavra: informou que a IL também repudia a Proposta n.º 226-P/2026 da CMS (ZEDL/EMES). Sintetizou as razões do partido nos seguintes pontos: a deliberação ocorreu em reunião privada (limitando o escrutínio); faltam estudos públicos de impacto e mobilidade; a medida visa a arrecadação de receita para investir em silos na área urbana e penaliza Colares; prejudica o comércio e o turismo; ignora a falta de transportes públicos frequentes para as praias. Mencionou ainda o apoio de uma petição pública com 1833 assinaturas e o descontentamento dos comerciantes locais. Concluiu referindo que a moção delibera repudiar a proposta, exigir a suspensão do estacionamento pago na Praia Grande e Praia das Maçãs, solicitar estudos técnicos prévios e enviar o documento às entidades competentes. ----------

Nuno Cabanas (CDU) - solicitou o uso da palavra para lembrar que a vereadora da IL, na CMS, também votou a favor desta proposta. ----------

Deliberação: Aprovada, com 7 votos a favor (4 PS, 1 IL e 2 Chega), 6 contra (5 PSD e 1 CDU) ----------

De seguida, o **Presidente da Mesa** deu a palavra a **Carolina Eça (IL)**: ----------
1. Mostrou preocupação com o Jardim de Infância da Santa Casa da Misericórdia de Sintra, no Banzão. Questionou as diligências concretas que estão a ser feitas junto da referida instituição para permitir a reabertura do JI no próximo ano letivo, indagando sobre os contactos estabelecidos, os respetivos resultados e os prazos previstos. Perguntou ainda quem assumirá a responsabilidade caso a reabertura não se concretize, defendendo que não é justo nem sustentável que seja a escola pública e as famílias a suportar esta situação. ----------
2. Verificou que não foi feita a divulgação, no site e nas redes sociais da JFC, de uma iniciativa da CMS, decorrida nos dias 9 e 13 de maio, dedicada ao cultivo das vinhas de Colares, no âmbito do processo de inscrição desta prática no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial, a realizar na Adega Regional de Colares. Sublinhou a importância de apoiar estas iniciativas, dado o seu impacto cultural, histórico e económico, garantindo assim a transmissão do conhecimento de geração em geração; ----------
3. Perguntou quando é que o elétrico volta aos carris, um equipamento de valor patrimonial, turístico e económico; ----------
4. Referiu que fazia parte do programa eleitoral deste executivo a criação de uma

delegação de Proteção Civil em Colares. Tendo em conta a proximidade do início da época balnear e o consequente aumento do risco de incêndios, perguntou em que ponto está essa situação, quais as diligências efetuadas e se existe um calendário previsível para a sua concretização, dada a relevância da medida para a população. ----------

De seguida, o **Presidente da Mesa** deu a palavra ao **Presidente da Junta**, que respondeu: ----------
1. O encerramento do espaço decorreu de uma decisão do Senhor Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Sintra, uma vez que as instalações necessitavam de diversas intervenções estruturais, inviabilizando a continuidade da atividade. Mais referiu que, segundo a informação disponível, aquele espaço foi doado com o propósito de acolher uma escola, entendimento que defende que deve ser mantido. Ressalvou que, apesar de a Junta de Freguesia ter prestado apoio sempre que solicitado, à semelhança do que fizeram outras freguesias, tal não se revelou suficiente, aguardando-se agora a decisão final da Santa Casa da Misericórdia de Sintra e do seu Provedor; ----------
2. Explicou que a JFC não teve conhecimento oficial do evento da Adega Regional, é promovido pela CMS. Por essa razão não o divulgou. ----------
3. Informou que ainda não foi possível criar a Unidade Local de Proteção Civil pretendida, salvaguardando, contudo, que tal facto não significa que o executivo não esteja a desenvolver um bom trabalho nesse domínio, encontrando-se em total sintonia com as forças que a promovem. ----------

Depois do Presidente da Junta ter respondido, o **Presidente da Mesa** deu a palavra a **Bruno Correia (PS):** ----------

Moção: "Pelo Direito ao Lazer e Contra a Taxação do Estacionamento nas Praias de Colares". A argumentação centrou-se nas graves falhas de mobilidade e segurança pedonal da freguesia, nomeadamente no Mucifal, Almoçageme, Escola da Sarrazola e junto à Vila Romana, em Santo André, que deveriam ter prioridade face à cobrança de parquímetros na Praia Grande e Praia das Maçãs. Criticou a ausência de auscultação à população e aos comerciantes, classificando a medida como penalizadora para o lazer das famílias. Em conclusão, a moção delibera repudiar o estacionamento pago nas praias, exigir que a Câmara Municipal priorize os pontos críticos de trânsito e segurança mencionados, e solicitar a suspensão imediata da referida taxação. ----------

Josué Mateus (PSD): Apresentou uma declaração de voto do PSD nas moções de repúdio apresentadas pelo Chega, IL e PS: ----------
Explicou que o PSD compreende as preocupações da população quanto ao impacto das medidas no orçamento familiar, mas sublinhou que a governação exige agir com responsabilidade. Destacou que a população de Colares duplica ou triplica nos meses de verão, o que torna imperativo resolver a utilização

abusiva do espaço público (como viaturas e caravanas estacionadas durante dias inteiros), garantindo a rotatividade e um acesso mais justo às praias. Como exemplo de sucesso de organização sazonal, apontou o parque de estacionamento do mercado da Praia das Maçãs. Recordou que a medida em causa foi aprovada em sede de Câmara Municipal com os votos favoráveis do PSD, da Iniciativa Liberal e do Chega. Considerou, por isso, estranhou que partidos cujos vereadores aprovaram a decisão apresentem agora moções de repúdio. Criticou ainda o Partido Socialista (PS) por se aliar a "posições populistas" em conjunto com o Chega, lembrando que o próprio PS já aplicou medidas de ordenamento do espaço público semelhantes noutros municípios, como Lisboa, Loulé (Quarteira) e Póvoa de Varzim. O PSD justificou o seu voto contra as moções de repúdio por reconhecer que o problema de estacionamento existe e exige uma resposta concreta. O partido defendeu a implementação de soluções integradas, equilibradas e de caráter sazonal, articuladas entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal, assegurando salvaguardas para residentes, trabalhadores e empresários locais. ----------

Bruno Correia (PS) retomou a palavra e rejeitou as acusações de populismo e de alinhamento político com o partido Chega. Sublinhou que a moção do seu partido foi apresentada em consciência e que está em total consonância com a posição assumida pelo PS de Sintra. Leu o ponto 7 da moção do PS, recordando que as medidas em debate foram aprovadas em reunião de Câmara pela maioria composta pelo PSD, Chega e Iniciativa Liberal. Destacou que o PS foi o único partido a votar contra a aprovação desta medida nesse órgão. Clarificou que a oposição do PS se deve ao facto de o partido considerar que a decisão "está desligada da realidade social e das necessidades da população". Desvalorizou as comparações feitas com as políticas aplicadas noutros pontos do país, referindo não compreender a relevância de invocar o que se passa noutros municípios para a realidade de Colares e de Sintra. ----------

Sílvia Nunes (PS): defendeu que cabe às entidades competentes (como a Câmara Municipal) resolver esses problemas específicos de forma direta, nomeadamente as autocaravanas e as viaturas que ficam estacionadas no mesmo local durante todo o verão. Rejeitou a ideia de que os problemas sazonais de estacionamento se resolvam com a instalação de parquímetros, argumentando que "uma coisa não resolve a outra" e que a falta de estacionamento não serve de justificação para esta medida. Concluiu a sua intervenção sublinhando que a colocação de parquímetros não soluciona os problemas apontados, servindo apenas para "piorar a vida das pessoas que cá moram". ----------

Maria José Costa (Chega): ----------
Lamentou as declarações anteriores do membro do PSD e esclareceu que o

Chega votará a favor da moção do PS. Sublinhou que o seu partido não vai "a reboque" do Partido Socialista, mas que vota em consonância com outras forças políticas sempre que considera estar em causa o interesse superior das pessoas. Respondendo à acusação de que os vereadores do Chega aprovaram as medidas na CMS, destacou que o seu partido é democrático e respeita a liberdade de expressão. Clarificou que, tendo sido eleita para a freguesia, possui total liberdade para decidir o seu sentido de voto de acordo com a sua consciência. Recusou a aprovação da proposta do executivo camarário na sua forma atual, classificando-a como ambígua, nomeadamente por confundir os conceitos de "taxas" e "tarifas", que correspondem a regimes legais distintos. Apontou ainda que a medida enferma de vícios de forma e de conteúdo e carece da apresentação de estudos de suporte. A oposição à medida não foi tomada de ânimo leve, mas sim com base num estudo aprofundado e na lei, trabalho para o qual contribuiu o conhecimento dos eleitos do Chega nessas áreas. Concluiu desafiando o executivo a apresentar uma nova proposta fundamentada com factos, estudos e total rigor jurídico, garantindo que, caso essas condições se verifiquem, o partido ponderará a sua aprovação para Colares; contudo, perante a atual redação, mantêm o voto contra. ----------

O **Presidente da Mesa** deu a palavra ao **Presidente da JFC** que respondeu, relativamente à postura da oposição, e referindo-se especificamente ao Partido Socialista, que o executivo anterior da Câmara Municipal de Sintra cessou funções há apenas alguns meses, e não há trinta anos, apelando a que se mantenha viva a memória do passado recente. Para fundamentar a sua posição e criticar a exigência atual de que os problemas se resolvam de forma instantânea ("com um clique"), elencou um conjunto de situações de mobilidade que foram apresentados ao anterior executivo e que ficaram por resolver: --------

- **Rua da Liberdade e Rua da Praia da Adraga:** Foi referido que o atual executivo reuniu na altura com o então Vice-Presidente da CMS, responsável pelo pelouro da mobilidade, sem que este tivesse promovido qualquer ação de melhoria para estas vias. ----------
- **Santo André (curva sem passeios):** No decorrer de uma Presidência aberta, foi pedida a intervenção do então Presidente da CMS devido à perigosidade de uma curva sem passeios em Santo André. Apesar de ter sido garantida a colocação de uma solução para peões, até à data não houve qualquer concretização. A CMS limitou-se a colocar uma rede, sem que o anterior executivo tenha resolvido o problema. ----------
- **Escola da Sarrazola (bolsa de estacionamento):** Foi também recordado que, durante uma visita ao local, foi sugerida a criação de uma bolsa para melhorar a fluidez do trânsito. Não foi tomada qualquer medida em relação a esta proposta. ----------

Concluiu a sua intervenção frisando que todos estes casos são factos muito recentes e que evidenciam a inação do anterior executivo camarário perante as necessidades sinalizadas. ----------

Deliberação: Aprovada, com 8 votos a favor (4 PS, 1 CDU, 1 IL e 2 Chega), 5 contra (5 PSD) ----------

Seguidamente tomou a palavra **Nuno Cabanas (CDU)** e começou por lembrar que o executivo de Rui Santos era contra os parquímetros. De seguida, procedeu à leitura da **moção:** "Não ao estacionamento pago nas praias da freguesia de Colares". ----------
Considerando que: ----------
- A CMS aprovou recentemente a expansão das zonas de estacionamento tarifário e o aumento das tarifas em diversas freguesias do concelho, medidas que abrangem também a zona da Praia Grande e da Praia das Maçãs; ----------
- Esta medida representa um agravamento direto e desproporcional do custo de vida dos munícipes, numa altura em que as famílias já enfrentam pressões inflacionistas significativas e dificuldades económicas acentuadas; ----------
- A CMS não tem nenhuma medida delineada para resolver o problema do estacionamento e da mobilidade do concelho, decidindo apenas taxar os munícipes; ----------
- O espaço público é um bem comum que pertence a todos os cidadãos, e a sua progressiva privatização através de parquímetros limita o direito à mobilidade e ao usufruto do concelho por parte daqueles que nele vivem e trabalham; ---------
- O alargamento do estacionamento pago às zonas balneares constitui um entrave ao direito fundamental ao lazer e ao acesso livre à costa portuguesa, penalizando as famílias que procuram nas praias de Sintra um refúgio acessível, excluindo socialmente cidadãos com base na sua capacidade financeira; --------
- O comércio local será igualmente prejudicado pela dissuasão de clientes, que optam por não frequentar zonas onde o simples ato de estacionar acarreta custos acrescidos; ----------
- Em 2014, uma iniciativa com o mesmo objetivo por parte da CMS mereceu a mobilização popular e o repúdio geral, tendo uma moção apresentada contra o estacionamento pago nas praias de Colares recebido o voto favorável de todas as forças políticas representadas na Assembleia de Freguesia de Colares durante esse mandato. ----------
Assim, a Assembleia de Freguesia de Colares, reunida na sua sessão ordinária de 27 de abril, delibera: **1.** Manifestar o seu total repúdio contra o alargamento das zonas de estacionamento tarifado e o aumento das tarifas em curso no concelho de Sintra. **2.** Exigir a suspensão imediata da instalação de novos parquímetros em zonas residenciais e de acesso às praias, revertendo as decisões recentemente firmadas neste âmbito. **3.** Instar a Câmara Municipal de Sintra a priorizar o investimento em soluções reais de mobilidade,

nomeadamente no reforço da rede de transportes públicos e na criação de parques de estacionamento dissuasores gratuitos junto das interfaces de transporte. ----------

Deliberação: Reprovada, com 7 votos contra (5 PSD e 2 Chega), 4 a favor (1 CDU e 3 PS) e 2 abstenções (1 PS e 1 IL). ----------

Seguidamente **Nuno Cabanas (CDU)** apresentou a Moção: Pelo Fim da Utilização de Glifosato na Freguesia de Colares. Na fundamentação da proposta, alertou-se para os riscos associados à exposição a este químico, amplamente debatidos por organismos científicos e de saúde pública internacional, que identificam potenciais associações a doenças oncológicas, perturbações endócrinas e problemas respiratórios na saúde humana. Paralelamente, foram destacados os impactos nefastos na biodiversidade, tais como a mortalidade de insetos polinizadores, anfíbios e pequenos mamíferos, bem como a degradação dos solos e a contaminação de aquíferos e linhas de água. Sublinhou o facto de a Freguesia de Colares estar inserida no Parque Natural de Sintra-Cascais, área protegida e Património Mundial da UNESCO, o que eleva a preservação ambiental e a proteção da saúde pública a obrigações legais e civilizacionais. Considerou ainda inaceitável e desnecessário o risco provocado pela aplicação deste herbicida em zonas habitacionais, escolas e espaços públicos frequentados por crianças, idosos e outras populações vulneráveis, defendendo-se que a mera perceção imediata de limpeza não pode sobrepor-se à salvaguarda da saúde e do ecossistema. Foi também referido que já existem alternativas viáveis – como métodos de deservagem mecânicos, térmicos e manuais – eficazes e amplamente aplicados por outros municípios. ----------
Face ao exposto, foi proposto que a Assembleia de Freguesia, reunida em sessão ordinária de 27 de abril de 2026, deliberasse: ----------

1. Exigir a suspensão imediata da utilização do herbicida glifosato em todo o território da Freguesia de Colares; ----------
2. Instar a Câmara Municipal de Sintra a proceder às necessárias alterações contratuais com a empresa responsável pela deservagem, de forma a garantir a cessação imediata e definitiva do uso de glifosato na Freguesia de Colares. ----------

Deliberação: Aprovada, com 4 votos a favor (1 CDU e 3 PS) e 7abstenções (5 PSD e 2 Chega). 2 Membros estavam ausentes da sala, pelo que não votaram (IL e 1 PS). ----------

De seguida, **Bruno Correia (PS)** tomou a palavra e apresentou a Moção alusiva à comemoração do 52.º aniversário do 25 de Abril. Na sua intervenção, destacou que comemorar esta data é assinalar os valores da liberdade, da democracia e o acesso à saúde, à educação e à proteção social. Referiu que, não obstante os

excessos e tensões próprias do período de consolidação democrática, o 25 de Abril deve ser celebrado pela recusa da censura, da repressão e da ausência de liberdades fundamentais que caracterizaram a ditadura, tendo devolvido ao país a esperança no progresso, no desenvolvimento e na qualidade de vida. Nesse sentido, apresentou à Assembleia de Freguesia de Colares, as seguintes propostas de deliberação: ----------

- Celebrar o 52.º aniversário da Revolução dos Cravos, exaltando a memória de todos aqueles que se empenharam na democracia e na sua consolidação; ----------
- Saudar todos os autarcas que, ao longo destes 52 anos, contribuíram para a melhoria das condições de vida das populações, para o desenvolvimento de Portugal e para o aprofundamento da democracia; --
- Saudar as grandes conquistas políticas do período pós-25 de Abril, nomeadamente o Serviço Nacional de Saúde, a Segurança Social, a Escola Pública de qualidade e inclusiva, e a Autonomia do Poder Local; -
- Sublinhar e valorizar o Estado Social de Direito Democrático, consagrado na Constituição da República Portuguesa de 1976. ----------

Deliberação: Aprovada, com 9 votos a favor (1 CDU, 4 PS e 4 PSD) e 3 abstenções (2 Chega e 1 IL). ----------

De seguida, **Nuno Cabanas (CDU)** tomou a palavra e apresentou a Moção: Evocação dos 50 anos da Constituição da República Portuguesa e das primeiras eleições autárquicas democráticas (1976-2026). Destacou que a Constituição consagrou um vasto conjunto de direitos fundamentais (económicos, sociais e culturais) e que o poder local, nascido nesse mesmo ano, revelou-se decisivo na transformação económica e social do país e na melhoria da qualidade de vida das populações. Sublinhou que o poder local tem enfrentado diversos desafios e ataques à sua autonomia (como subfinanciamento e transferência de encargos sem meios), reforçando-se a importância da sua defesa num tempo de ameaças aos direitos sociais. A Assembleia de Freguesia delibera: ----------

1. Saudar o 50.º aniversário da Constituição da República Portuguesa e das primeiras eleições autárquicas democráticas; ----------
2. Afirmar a importância do poder local democrático como conquista fundamental de Abril e pilar do regime democrático, bem como instrumento essencial da participação popular; ----------
3. Reafirmar a necessidade do cumprimento integral da Constituição da República Portuguesa enquanto garante de direitos, liberdades e garantias; ----------

4. Pugnar pela promoção de iniciativas institucionais, culturais e pedagógicas para assinalar estas duas efemérides, envolvendo a comunidade educativa, o movimento associativo e a população do concelho. ----------

Deliberação: Aprovada, com 9 votos a favor (1 CDU, 3 PS e 5 PSD), 2 contra (Chega) e 2 abstenções (1 PS e IL). ----------

Seguidamente o **Presidente da Mesa** deu a palavra a **Maria José Costa (Chega)** que apresentou um voto de louvor de homenagem aos antigos combatentes portugueses, com especial enfoque nos naturais, residentes ou com ligação à freguesia de Colares. Enquadrado nas comemorações do Dia do Antigo Combatente (9 de abril), enaltece a coragem, o espírito de sacrifício e a defesa dos valores da paz e da liberdade, reconhecendo também as dificuldades de integração enfrentadas no regresso à vida civil. Solicitou que o documento, uma vez aprovado, seja remetido à Liga dos Combatentes – Núcleo de Sintra. -

Bruno Correia (PS): fez uma declaração de voto, anunciando o voto favorável do PS. Clarificou que a posição do partido assenta na valorização da dimensão humana – o esforço, o afastamento das famílias e as marcas do tempo de serviço – e no respeito por quem viveu essas exigências, ressalvando que este reconhecimento não implica uma leitura histórica única ou simplificada dos conflitos em que ocorreram. ----------

O Presidente da Junta manifestou a sua concordância com o voto, aproveitando para saudar Fernando Moreira, presente no público enquanto membro da comissão de antigos combatentes de Sintra. O Presidente recordou a existência de um memorial dedicado aos antigos combatentes já erguido na freguesia e anunciou que no dia 2 de maio realizar-se-á uma pequena cerimónia na capela do Mucifal para homenagear estes cidadãos e perpetuar o seu nome. ----------

Deliberação: Aprovada por unanimidade ----------

De seguida, o **Presidente da Mesa** deu a palavra a **Maria José Costa (Chega)** que apresentou um Voto de Saudação para assinalar os 136 anos de existência dos Bombeiros Voluntários de Colares, instituição fundada a 9 de março de 1890. Expressou respeito e reconhecimento pelo serviço, coragem e dedicação da corporação na proteção de pessoas e bens. Foi destacado o espírito altruísta e de sacrifício dos voluntários, que colocam o interesse coletivo acima do pessoal, bem como o contributo fundamental de dirigentes, operacionais, sócios e da comunidade em geral ao longo de mais de um século de história. Os eleitos pelo partido Chega propuseram que se apreciasse e deliberasse o seguinte: ----------

1. Saudar os Bombeiros Voluntários de Colares pela comemoração do seu 136.º aniversário; ----------

2. Expressar o profundo reconhecimento pelo serviço prestado em prol da população; ----------
3. Formular votos para que a instituição continue a dispor de todos os meios humanos, técnicos e financeiros adequados ao cumprimento da sua missão; ----------
4. Remeter o Voto de Saudação ao Sr. Comandante e ao Sr. Presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Colares; ----------
5. Registar o presente Voto de Saudação em ata. ----------

Deliberação: Aprovada por unanimidade ----------

Terminada esta votação, **Josué Mateus (PSD)** interveio para informar que a sua bancada também apresenta um voto de saudação aos Bombeiros Voluntários de Colares, que vem ao encontro do que se falou. ----------

Deliberação: Aprovada por unanimidade ----------

O Presidente da Mesa deu novamente a palavra a **Josué Mateus (PSD)** para deixar uma palavra de reconhecimento público à Junta de Freguesia de Colares e às suas equipas da área social e da saúde, destacando os recentes exemplos de boas práticas e trabalho de proximidade. A sua intervenção centrou-se em dois pontos fundamentais: ----------

1. Felicitou as assistentes sociais da Junta, Dra. Inês Sabugueiro e Dra. Margarida Charraz, pelo convite recebido da Universidade Lusófona de Lisboa para dinamizarem uma aula no âmbito da licenciatura em Serviço Social. Sublinhou que levar o trabalho de Colares para o contexto académico evidencia a qualidade e o mérito da ação desenvolvida no terreno, sendo um motivo de orgulho para a freguesia; ----------
2. Congratulou a Junta de Freguesia pela sua participação no 1.º Encontro das Unidades de Cuidados na Comunidade da Unidade Local de Saúde (ULS) da Amadora/Sintra. Destacou a apresentação feita pela psicóloga clínica, Dra. Sónia Jacinto, sobre o projeto "Encontros à Quarta", classificando-o como um excelente exemplo de intervenção de proximidade, trabalho em rede e promoção do bem-estar. ----------

Concluiu a intervenção afirmando que a ação social e a solidariedade estão "inscritas no ADN" do executivo, deixando um agradecimento a todas as técnicas envolvidas e à equipa da Junta de Freguesia pelo seu trabalho diário, descrito como discreto, mas absolutamente essencial para os fregueses. ----------

ORDEM DO DIA (OD) ----------

Ponto 1 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Junta acerca das atividades e da situação financeira - O **Presidente da Junta** tomou a palavra para destacar o excelente trabalho na área social, mencionando a atribuição de vales mensais (entre 30€ e 50€) a 62 agregados familiares, a evolução do programa "Encontros à Quarta", bem como o apoio prestado a cuidadores informais e as atividades direcionadas aos seniores. Mencionou o apoio logístico ao Centro de Saúde (viatura duas vezes por semana), donativos a áreas afetadas por incêndios no país e o apoio contínuo a associações locais. Quanto à aplicação de herbicidas, explicou que a Junta se encontra num dilema perante a exigência de uma parte da população por ruas sem ervas e o combate aos herbicidas por questões ambientais. Afirmou que a autarquia está a tentar reduzir o uso ao máximo, não aplicando em linhas de água, mas que financeiramente e humanamente é impossível fazer o controlo exclusivamente de forma manual. –

Intervenções: ----------

Nuno Cabanas (CDU) - Registou com agrado a melhoria e o maior detalhe do relatório trimestral face aos anteriores, mas apontou que na área da educação continua a faltar a discriminação das intervenções. Voltou a solicitar a criação de centros de custos claros (receitas vs. despesas) para se aferir se as verbas transferidas pela CMS são suficientes para o cumprimento dos protocolos. ------

Bruno Correia (PS) questionou qual o ramo a que se destina a "loja 3" do Mercado de Almoçageme. ----------

Respostas do Executivo: A **Vogal Márcia Chiolas** informou que o levantamento exaustivo dos custos nas áreas da educação, ação social e desporto está a ser feito e que os dados, que provam que as despesas são muito superiores às verbas transferidas, já foram transmitidos à vereação da CMS. Relativamente à loja 3, informou que será dedicada ao ramo alimentar e aguarda a data de inauguração oficial. ----------

Ponto 2 – Apreciação e votação do Regimento da Assembleia de Freguesia para o quadriénio 2025/2029. O **Presidente da Mesa** enalteceu o esforço e a cooperação de todas as forças partidárias na elaboração do documento. Sublinhou que este trabalho conjunto resultou num regimento "totalmente novo" e representou um excelente exemplo de trabalho construtivo. Antes do debate, o plenário concordou em suprimir do texto uma menção à eleição por "cidadãos recenseados na área da freguesia", corrigindo o lapso pelo facto de existirem membros na Assembleia que não estão aí recenseados. ----------

Intervenções: ----------

Nuno Cabanas (CDU): Anunciou o voto favorável do partido, mas deixou a ressalva de que mantém a discordância em relação ao artigo sobre a "conferência de líderes", por recear que possa diminuir os trabalhos da Assembleia. ----------

Carlos Santiago (Chega): Declarou o voto favorável da sua bancada, mas apontou três condições de exigência técnica e transparência que deverão ser cumpridas na aplicação do regimento. Em primeiro lugar, solicitou que os documentos de suporte sejam enviados atempadamente e em formato integral, legível e pesquisável. Em segundo lugar, defendeu o direito de os membros formularem pedidos de esclarecimento por escrito com a respetiva obrigação de resposta em prazo certo. Por fim, solicitou que as atas, propostas e documentos financeiros fiquem guardados e acessíveis num repositório digital estruturado. --

Deliberação: Aprovado por unanimidade. ----------

Ponto 3 – Apreciação do Inventário 2025 da Junta de Freguesia de Colares. O documento foi apreciado pela Assembleia. Não houve inscrições para debate e não houve lugar a votação. ----------

Ponto 4 – Apreciação e votação da Conta de Gerência 2025. ----------

Intervenções: ----------

Bruno Correia (PS): Colocou duas questões ao Executivo. Em primeiro lugar, alertou para a exposição de dados sensíveis (como números de contribuinte, nomes de fregueses e nomes de crianças) no mapa referente ao ATL, sugerindo que a Junta reavalie a divulgação desta informação no futuro. Em segundo lugar, questionou o motivo de existirem ajustes diretos e consultas prévias na contratação administrativa, mas nenhum concurso público. ----------

Executivo (Secretário, Carlos Leiria): Assegurou que irá verificar a questão dos dados expostos relativos ao ATL. Sobre a contratação pública, esclareceu que os limites de valor das obras e serviços não obrigam à abertura de concursos públicos, cumprindo a Junta rigorosamente a lei nos ajustes diretos (até 5.000€) e nas consultas prévias efetuadas. ----------

Carlos Santiago (Chega): solicitou esclarecimentos ao Executivo, colocando quatro questões concretas relativas ao saldo de gerência de 2025: ----------

1. Qual a composição exata do saldo de gerência de 2025; ----------

2. Qual a proporção desse saldo correspondente a verbas livres, verbas comprometidas e verbas condicionadas ou afetadas; ----------

3. Qual a correspondência entre o saldo de gerência e os saldos bancários existentes nas várias contas da Junta; ----------

4. Se existe um mapa de reconciliação bancária assinado e validado, que permita à Assembleia verificar a correspondência entre a contabilidade, os bancos, a caixa e o orçamento. ----------

Adicionalmente, referiu ter identificado discrepâncias e situações de verbas divididas em frações de 10.000€ no âmbito de uma auditoria, informando que tem em sua posse uma auditoria forense, a qual se disponibilizou a partilhar com o Executivo por e-mail para posterior resposta.

Executivo (Secretário, Carlos Leiria): Em resposta aos pontos levantados, prestou os seguintes esclarecimentos: ----------
1. As reconciliações bancárias são realizadas de forma regular por uma empresa de contabilidade externa, não existindo problemas a esse nível. ----------
2. O saldo de gerência (superavit) transitado foi de 136.000€, valor que já foi incorporado e distribuído por várias rubricas através de uma alteração no orçamento do presente ano. ----------
3. Informou que o valor total das contas ascende a mais de 300.000€, lembrando que a Junta possui uma verba de 240.000€ aplicada numa conta a prazo. -------
4. Garantiu que o saldo disponível é integralmente composto por verbas livres, não existindo qualquer valor condicionado. ----------
Demonstrou total disponibilidade para analisar e responder à documentação referente à auditoria. ----------
Prosseguiu a sua intervenção e apresentou os mapas financeiros relativos ao ano de 2025, destacando os seguintes pontos da execução orçamental: ----------
1. As receitas totais da Junta ascenderam a cerca de 1.450.000€. Destas, aproximadamente 1.130.000€ dizem respeito a receitas correntes (provenientes do Estado e da CMS) e 136.000€ dizem respeito ao saldo de gerência; ----------
2. Foi assinalado um salto muito significativo na evolução das receitas, justificado pela existência de um contrato com a Ecoambiente, o qual foi celebrado pela CMS sem a participação da Junta; ----------
3. Do lado da despesa, o valor fixou-se na ordem de 1.400.000€. Explicou que a diferença para o total de receitas representa os limites de compromissos que poderiam ter sido assumidos pelo Executivo, mas que não o foram; ----------
A comparação entre receitas correntes e despesas correntes evidenciou que a receita foi significativamente superior à despesa, o que pressupõe que tenha havido uma afetação superior a despesas de capital. ----------

Deliberação: Aprovado, com 9 votos a favor (PSD, 3 PS e IL) e 4 abstenções (1 PS, CDU e Chega). ----------

Ponto 5 – Apreciação e votação da 1.ª Revisão Orçamental de 2026 ----------
Carlos Leiria, Secretário do Executivo, explicou que o objetivo deste ponto é integrar e distribuir o saldo de gerência de 136.000€ por diferentes rubricas do orçamento. ----------

Carlos Santiago (Chega) - solicitou esclarecimentos adicionais e sublinhou a necessidade de informação mais explícita. A intervenção focou-se em duas observações principais:

1. Diferença no Saldo Transitado: Foi questionada a integração de um montante inferior ao saldo global (superavit) que, de acordo com os documentos financeiros, transitou do exercício anterior. Salientou que, embora possa existir uma justificação técnica para esta opção, a mesma deve ser expressa, documentável e compreensível, de forma a garantir a transparência e acautelar eventuais necessidades de auditoria; ----------

2. Distribuição Uniforme de Verbas**:** Foi exigida uma fundamentação técnica, financeira ou legal para a atribuição de reforços de valor exatamente igual (foi dado o exemplo de 10.000) em diferentes rubricas de investimento e intervenção referentes a instituições materialmente distintas. Considera essencial compreender o critério que motivou esta divisão exata e equitativa do orçamento.

Carlos Leiria, Secretário do Executivo, explicou que a distribuição desta verba pelas diferentes rubricas orçamentais foi efetuada com base no bom senso, dada a impossibilidade de prever com exatidão o valor de todas as despesas. A título de exemplo da imprevisibilidade dos valores exatos, foram mencionadas a aquisição de um empilhador, com custo estimado entre 10.000 € e 15.000 €, e eventuais intervenções em casas de banho, que poderão custar entre 10.000 € e 20.000 €. Clarificou que o plano plurianual é um documento flexível e não uma "economia planificada". Nesse sentido, informou que ocorrerão revisões orçamentais ao longo do ano para transferir verbas entre rubricas, ajustando o planeamento à realidade das despesas efetuadas e das receitas arrecadadas. Por fim, sublinhou que os fatores mais importantes a avaliar no final do ano serão o grau de execução orçamental e a garantia de que a entidade não contraiu novas dívidas. Após este esclarecimento, o **Presidente da Mesa** questionou os presentes sobre a existência de mais alguma intervenção, não se registando mais comentários, este ponto foi colocado a votação. ----------

Deliberação: Aprovado, com 9 votos a favor (PSD, 3 PS e IL) e 4 abstenções (1 PS, CDU e Chega). ----------

Ponto 6 - Apreciação e votação da alteração do Mapa de Pessoal.

O **Presidente da Mesa**, **Alcino Alves**, deu a palavra aos seguintes membros: -

Maria José Costa (Chega) alertou para a utilização de contratos temporários em funções que consideram estruturais e permanentes da autarquia (como limpeza urbana, manutenção, gestão do território, apoio administrativo e resposta social). Neste âmbito, solicitou esclarecimentos ao executivo através de quatro questões: ----------

1. Quais os fundamentos para manter vínculos a termo em funções de caráter permanente? ----------
2. Existe parecer jurídico ou técnico que valide a excecionalidade legal destes vínculos? ----------
3. A alteração está acompanhada de análise de impacto orçamental plurianual face às necessidades diagnosticadas? ----------
4. Por que não se assumem estas necessidades permanentes com postos definitivos, através do devido procedimento concursal? ----------
A intervenção terminou com a advertência de que a precariedade estrutural compromete a governação e fragiliza a autonomia funcional dos trabalhadores, apelando a que o mapa de pessoal reflita as necessidades reais da autarquia e não se limite a prolongar soluções transitórias.----------
Carlos Leiria, Secretário da JFC, justificou a dificuldade de criar vínculos definitivos com o facto de muitos destes serviços resultarem de protocolos com a CMS que têm contornos precários, não sendo responsabilidade da Junta assumir encargos definitivos nessas condições. Foi também referido que a alteração contempla o reforço técnico para atendimento presencial e digital aos fregueses. ----------

Deliberação: Aprovado por maioria, com 9 votos a favor (PSD, PS e IL) e 4 abstenções (PS, CDU e Chega). ----------

O Presidente da Mesa, Alcino Alves, propôs a dispensa da leitura da ata em minuta, o que foi aprovado por unanimidade pelos presentes, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão quando eram vinte e quatro horas e dez minutos. Dela se lavrou a presente ata, com 19 páginas, que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos membros que constituíram a Mesa nesta sessão e pela Assistente Técnica da JFC que a redigiu com base no áudio e nas notas tiradas na reunião. ----------

Presidente da Assembleia de Freguesia

Alcino Afonso Alves

1º Secretário

Cláudia Lavrador da Nova Piteira

2º Secretário

António Pedro Sequeira Louro

Assistente Técnica da Junta de Freguesia de Colares

Ana Madalena Castelhano Sandinha Sequeira

APROVADA A:

30 /06/ 2026